

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano – SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO completou 20 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO obteve um resultado de R\$ 3.766.017 antes das destinações, representando um retorno anual de 28,27% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 71.026.568 de reais. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 152.970.284 de reais.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 10.930.224	7%
Carteira comercial	R\$ 142.040.059	93%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 18,53% da carteira, no montante de R\$ 32.538.928.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 168.490.510 de reais, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 25%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 30.895.262	18%
Depósitos a prazo	R\$ 137.595.248	82%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 29,7% da captação, no montante de R\$ 49.355.330.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO era de R\$ 53,27 milhões de reais. O quadro de cooperados era composto por 8.226 cooperados, havendo um acréscimo de 14,50% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,95% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNI, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2016, alguns dos membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL UNI, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO aderiram, em 2014, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às

manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a ouvidoria do SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO registrou 19 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 19 reclamações, 13 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Anápolis (GO), 07 de fevereiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO
CNPJ: 02.282.709/0001-52
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2016	2015	Discriminação	NOTA	2016	2015
Circulante		185.982.771	131.718.209	Circulante		182.136.309	138.772.144
Disponibilidades	03c	1.563.555	7.016.243	Depósitos	11	168.490.510	134.793.125
Relações Interfinanceiras	04	71.026.569	46.102.973	Depósitos à Vista		30.895.262	29.944.256
Pagamentos e Recebimentos a Liq.		-	124.625	Depósitos a Prazo		137.595.248	104.848.869
Centralização Financeira	3c-4	71.026.569	45.978.348	Relações Interfinanceiras	12	7.858.488	2.872
Operações de Crédito	05	101.892.545	70.735.601	Relações Interdependências	13	708.792	-
Operações de Crédito - Setor Privado		98.294.195	75.846.595	Outras Obrigações	14	5.078.519	3.976.146
Operações de Crédito - Crédito Rural		10.930.224	-				
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(7.331.875)	(5.110.994)				
Outros Créditos	06	2.070.552	2.971.398				
Outros Valores e Bens	07	9.429.551	4.891.993				
Não Circulante		49.505.784	47.084.774	Patrimônio Líquido		53.352.245	40.030.839
Realizável a longo prazo	05	41.546.814	40.581.726	Capital Social	16a	43.808.127	33.619.355
Operações de Crédito		43.745.864	44.254.031	Reserva Legal	16b	8.414.313	6.154.702
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(2.199.050)	(3.672.305)	Sobras Acumuladas	16c	1.129.805	256.781
Investimentos	08	6.666.974	5.255.386				
Imobilizado de uso	09	1.145.564	1.074.965				
Intangível	10	146.433	172.697				
TOTAL DO ATIVO		235.488.555	178.802.982	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		235.488.555	178.802.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Presidente

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO



CNPJ: 02.282.709/0001-52

Demonstração das Sobras e Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre	2016	2015
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18a	25.493.064	46.782.666	37.691.803
Operações de Crédito		21.207.841	39.102.045	31.655.218
Títulos e valores mobiliários		9.239	108.737	8
Ingressos de Depósitos Interooperativos		4.275.983	7.571.884	6.036.578
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18b	(14.734.567)	(24.303.331)	(20.240.712)
Operações de captação no mercado		(8.412.658)	(15.615.885)	(12.251.847)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.321.909)	(8.687.446)	(7.988.865)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18c	10.758.497	22.479.335	17.451.092
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERAC.	18d	(4.584.942)	(10.988.603)	(12.418.782)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços		2.520.728	4.728.611	2.837.843
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(4.773.424)	(8.346.039)	(7.613.714)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas		(5.705.864)	(10.587.501)	(9.408.958)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(116.755)	(239.151)	(145.389)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(1.841.291)	(2.718.312)	(1.434.618)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais		5.331.665	6.173.789	3.346.053
RESULTADO OPERACIONAL	18e	6.173.555	11.490.732	5.032.309
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18f	(1.843.531)	(2.557.882)	(576.980)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.	18g	4.330.024	8.932.850	4.455.329
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(134.685)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(75.918)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(58.767)
RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL		4.330.024	8.932.850	4.320.645
Juros Sobre o Capital Próprio		(5.166.833)	(5.166.833)	(3.892.676)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(836.809)	3.766.017	427.969
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(2.636.212)	(2.636.212)	(171.188)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(376.602)	(376.602)	(42.797)
Reserva Legal		(1.129.805)	(1.129.805)	(128.391)
Reserva Estatutária		(1.129.805)	(1.129.805)	-
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		(3.473.021)	1.129.805	256.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Presidente

Dr. Eizechson Brasil Gómes
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO
CNPJ: 02.282.709/0001-52

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva P/ Expansão	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	26.447.097	4.404.574	-	1.621.738	374.004	32.847.412
Integralizações/Subscrições de Capital	5.631.410	-	-	-	-	5.631.410
Sobras	-	-	-	-	427.969	427.969
Incorporação de Sobras	374.004	-	-	-	(374.004)	-
Devolução de Capital	(4.118.916)	-	-	-	-	(4.118.916)
Incorporação de Juros ao Capital	5.285.760	-	-	-	-	5.285.760
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	128.391	-	-	(128.391)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	(42.797)	(42.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	33.619.355	4.532.964	-	1.621.738	256.781	40.030.839
Integralizações/Subscrições de Capital	8.534.588	-	-	-	-	8.534.588
Sobras	-	-	-	-	3.766.017	3.766.017
Incorporação de Sobras	255.115	-	-	-	(255.115)	-
Devolução de Capital	(3.268.422)	-	-	-	-	(3.268.422)
Incorporação de Juros ao Capital	4.667.492	-	-	-	-	4.667.492
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.129.805	-	-	(1.129.805)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.129.805	-	(1.129.805)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	-	(1.667)	(1.667)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	(376.602)	(376.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	43.808.127	5.662.769	1.129.805	1.621.738	1.129.805	53.352.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Presidente

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO

CNPJ: 02.282.709/0001-52

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.172.185)	9.300.010	3.707.596
Sobras / (Perdas) ajustadas	(4.220.751)	2.298.012	562.654
Sobras do Exercício	(3.473.021)	1.129.805	427.969
Depreciações	144.087	312.202	(378.683)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	134.685
Amortizações	68.104	127.954	-
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	(959.922)	728.051	-
(Aumento) redução nos Ativos	(19.916.899)	(36.362.168)	(3.832.362)
Relações Interfinanceiras	-	124.625	(918.193)
Operações de Crédito	(16.637.179)	(32.850.082)	(4.185.470)
Outros Créditos	495.155	900.847	6.023.684
Outros Valores e Bens	(3.774.875)	(4.537.558)	(4.752.383)
Aumento (redução) nos Passivos	21.965.465	43.364.166	6.733.306
Depósitos	16.754.642	33.697.384	18.322.866
Outras Obrigações	1.693.753	1.102.373	(11.589.560)
Relações Interfinanceiras	2.808.278	7.855.616	-
Relações Interdependências	708.792	708.792	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.314.840)	(1.896.079)	(1.729.217)
Aumento dos Investimentos	(1.154.321)	(1.411.588)	(1.917.037)
Aquisições do Imobilizado Intangível	(118.086)	(382.801)	116.627
	(42.433)	(101.690)	71.193
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	8.937.592	12.191.601	6.376.774
Integralizações de Capital	3.793.997	8.534.588	(4.509)
Devolução de Capital	(1.783.507)	(3.268.422)	3.760.476
Destinação do FATES	-	-	(42.797)
Incorporação de Juros ao Capital	4.667.492	4.667.492	3.042.287
Reserva Legal	1.129.805	1.129.805	-
Reserva Estatutária	1.129.805	1.129.805	-
Distribuições de Sobras	-	(1.667)	-
Outros ajustes	-	-	(378.683)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	5.450.567	19.595.532	8.355.153
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	67.139.556	52.994.592	44.639.439
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	72.590.124	72.590.124	52.994.592
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.450.567	19.595.532	8.355.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Presidente

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano - Sicoob Unicentro Norte
Goiano
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano - Sicoob Unicentro Norte Goiano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano - Sicoob Unicentro Norte Goiano em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis da cooperativa foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 12 de fevereiro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2017.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4.726

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO - SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/12/1996, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO** possui **8** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CERES - GO, GOIANÉSIA - GO, URUAÇU - GO, CAMPINORTE - GO, ANÁPOLIS - GO, PORANGATU - GO**

O **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em **16/05/2009** ocorreu a transformação do **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO** para entidade de "Livres Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil – BACEN.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração ou pelo conselho de administração em 24 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões

necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	1.563.555	7.016.243
Relações interfinanceiras - centralização financeira	71.026.569	45.978.348
TOTAL	72.590.124	52.994.591

d) Aplicação em títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Caixa Econômica Federal.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**

4. Relações interfinanceiras

Em dezembro de **2016** e de **2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques e Outros Papéis A Devolver	-	124.625
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	71.026.569	45.978.348
TOTAL	71.026.569	46.102.973

- (I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não circulante	Total	
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	8.627.420	-	8.627.420	8.639.122
Empréstimos / TD	83.201.397	35.236.723	118.438.120	90.716.949
Financiamentos	6.465.379	8.509.141	14.974.520	20.744.554
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	10.930.223	-	10.930.223	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.331.874)	(2.199.050)	(9.530.924)	(8.783.298)
TOTAL	101.892.545	41.546.814	143.439.359	111.317.327

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	9.333.045	1.654	455.408	158.278	9.948.385	-	6.068.522	-
A 0,5% Normal	62.453.498	1.331.512	12.173.808	8.962.599	84.921.417	(424.607)	58.665.661	(293.328)
B 1% Normal	29.427.384	5.003.476	1.394.263	1.809.347	37.634.470	(376.345)	31.154.330	(311.543)
B 1% Vencidas	1.778.438	7.945	216.774	-	2.003.157	(20.032)	2.816.673	(28.167)
C 3% Normal	3.570.866	593.643	185.683	-	4.350.192	(130.506)	5.343.654	(160.310)
C 3% Vencidas	1.620.864	35.315	145.897	-	1.802.076	(54.062)	2.875.391	(86.262)
D 10% Normal	616.191	375.379	-	-	991.570	(99.157)	1.297.911	(129.791)
D 10% Vencidas	1.031.629	57.312	78.939	-	1.167.880	(116.788)	2.019.427	(201.943)
E 30% Normal	213.687	208.304	-	-	421.991	(126.597)	169.079	(50.724)
E 30% Vencidas	1.350.357	53.339	37.811	-	1.441.507	(432.452)	1.088.187	(326.456)
F 50% Normal	164.873	152.889	60.284	-	378.046	(189.023)	215.744	(107.872)
F 50% Vencidas	393.825	66.092	29.719	-	489.636	(244.818)	441.882	(220.941)
G 70% Normal	1.000	115.114	-	-	116.114	(81.279)	232.223	(162.556)
G 70% Vencidas	159.003	60.363	9.246	-	228.612	(160.028)	3.361.786	(2.353.250)
H 100% Normal	3.514.221	299.847	-	-	3.814.068	(3.814.067)	1.102.962	(1.102.962)
H 100% Vencidas	2.809.240	265.236	186.686	-	3.261.162	(3.261.162)	3.247.192	(3.247.192)
Total Normal	109.294.766	8.081.817	14.269.446	10.930.224	142.576.253	(5.241.582)	104.250.086	(2.319.087)
Total Vencidos	9.143.355	545.602	705.073	-	10.394.030	(4.289.342)	15.850.539	(6.464.211)
Total Geral	118.438.120	8.627.420	14.974.519	10.930.224	152.970.283	(9.530.924)	120.100.625	(8.783.298)
Provisões	(8.128.884)	(994.810)	(344.324)	(62.906)	(9.530.924)		(8.783.298)	
Total Líquido	110.309.236	7.632.610	14.630.195	10.867.317	143.439.359		111.317.327	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	26.334.895	47.482.017	35.166.905	108.983.817
Títulos Descontados	16.107.119	1.973.768	836	18.081.723
Financiamentos	1.879.230	4.586.148	8.509.141	14.974.519
Financiamentos Rurais	4.465.445	6.464.779	-	10.930.224
TOTAL	48.786.689	60.506.712	43.676.882	152.970.283

Obs: Não está incluso o adiantamento a depositante, cheque especial e conta garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	229.386	3.678.338	1.738.872	-	5.646.595	4%
Setor Privado - Indústria	14.503	368.113	306.586	-	689.202	0%
Setor Privado - Serviços	3.532.691	66.147.185	8.752.681	-	78.432.556	51%
Pessoa Física	4.847.222	43.823.697	7.163.990	10.930.224	66.765.134	44%
Outros	3.618	1.313.583	119.594	-	1.436.796	1%
TOTAL	8.627.420	115.330.916	18.081.723	10.930.224	152.970.283	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	8.783.298	8.644.678
Constituições/Reversões	747.626	138.620
TOTAL	9.530.924	8.783.298

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	4.578.585	3%	4.578.713	4%
10 Maiores Devedores	20.689.374	13%	21.549.511	18%
50 Maiores Devedores	53.988.680	35%	46.613.362	39%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	19.244.980	13.832.970
Valor das operações transferidas/recuperadas no período	3.379.129	5.412.010
TOTAL	22.624.109	19.244.980

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Rendas A Receber	778.266	698.005
Diversos (I)	1.292.286	2.273.393
TOTAL	2.070.552	2.971.398

(I) Valores referente a adiantamento salariais, adiantamentos de viagens, adiantamentos por conta de imobilizações, cessão de direitos creditórios.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (I)	9.278.462	4.764.046
Despesas Antecipadas (II)	151.089	127.947
TOTAL	9.429.551	4.891.993

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista e vale alimentação.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	6.154.632	4.892.641
Participações inst. Financ. controlada coop. crédito	512.342	362.745
TOTAL	6.666.974	5.255.386

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Instalações	575.436	496.336	10%
Móveis e equipamentos de Uso	906.246	706.534	10%
Sistema de Comunicação	39.135	35.756	20%
Sistema de Processamento de Dados	987.272	930.843	10%
Sistema de Segurança	119.186	119.186	10%
Sistema de Transporte	115.756	107.235	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(1.597.467)	(1.320.925)	
TOTAL	1.145.564	1.074.965	

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	532.696	431.404
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(386.263)	(258.707)
TOTAL	146.433	172.697

11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	30.895.262	29.944.256
Depósito a Prazo	137.595.248	104.848.869
TOTAL	168.490.510	134.793.125

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	13.020.392	8%	9.968.613	7%
10 Maiores Depositantes	36.947.296	22%	33.369.244	25%
50 Maiores Depositantes	72.651.750	44%	59.990.777	45%

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2016	31/12/2015
Repasses interfinanceiros	7.858.488	2.872
TOTAL	7.858.488	2.872

13. Relações de Interdependência

Os valores abaixo referem-se a obrigações com cheques administrativos.

Descrição	2016	2015
Ordem de pagamento	708.792	-
Total	708.792	-

14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito – IOF	22.823	19.198
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.820	5.251
TOTAL	24.643	24.449

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados (I)	376.601	42.797
Cotas De Capital A Pagar (II)	829.122	511.968
TOTAL	1.205.723	554.765

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	874.970	659.513
TOTAL	874.970	659.513

d) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	94.357	111.685
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	604.856	534.247
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	1.138.504	1.305.618
Provisão para Passivos Contingentes (IV)	824.779	44.972
Credores Diversos – País (V)	310.687	740.897
TOTAL	2.973.183	2.737.419

I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a saldo de conta salário.

(III) Refere-se a provisão para pagamento despesas com Pessoal, provisões diversas e Provisão dos juros ao capital. Sendo 41% do valor de 2016 referente a provisão para participação no resultado, 38% com provisão de férias e 10% referente a provisão do INSS sobre as férias, 11% são provisões diversas com honorários, FGTS sobre as férias, PIS sobre as férias e outras.

(IV) Refere-se a provisão para garantias prestadas e provisão para processos judiciais.

(V) Refere-se a pagamentos a serem processados.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2016** e de **2015**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	43.808.127	33.619.355
Associados	8.226	7.184

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30% das sobras líquidas, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução

do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **05/03/2016** os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2015**, no valor de R\$ **256.781**.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	3.766.017	427.969
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.766.017	427.969
Destinações estatutárias	2.636.212	-
Reserva legal - 30%	1.129.805	128.391
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	376.602	42.797
Fundo de aumento ao capital - 30%	1.129.805	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.129.805	256.781

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.076.141	1.393.942
Rendas de Empréstimos	29.604.450	23.069.606
Rendas de Títulos Descontados	4.224.640	2.657.540
Rendas de Financiamentos	3.609.072	4.534.130
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	244.191	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	343.551	-
	39.102.045	31.655.218
Rendas C/ Tít. Valores Mobil.e Instrumentos Financ.	108.737	8
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.571.884	6.036.578
	46.782.666	37.691.803

b) Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Despesas de Captação	(15.615.885)	(12.251.847)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.687.446)	(7.988.865)
	(24.303.331)	(20.240.712)

c) Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Ingressos da Intermediação Financeira	46.782.666	37.691.804
Dispêndios da Intermediação Financeira	(24.303.331)	(20.240.712)
	22.479.335	17.451.092

d) Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Operacionais

Descrição	2016	2015
- Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	4.728.611	2.837.843
- Dispêndios/Despesas de Pessoal	(8.346.039)	(7.613.714)
- Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(10.587.501)	(9.408.958)
- Dispêndios/Despesas Tributárias	(239.151)	(145.389)
- Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(2.718.312)	(1.434.618)
- Outros Ingressos/Receitas Operacionais	6.173.789	3.346.054
	(10.988.603)	(12.418.782)

e) Resultado Operacional

Descrição	2016	2015
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	22.479.335	17.451.092
Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Operacionais	(10.988.603)	(12.418.783)
	11.490.732	5.032.309

f) Resultado Não Operacional

Descrição	2016	2015
Outras Receitas Não Operacionais	717.754	5.139
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(22)	-
Outras Despesas Não Operacionais	(3.275.614)	(582.119)
Resultado Líquido	(2.557.882)	(576.980)

g) Resultado Antes da Tributação s/ Sobras e Participação

Descrição	2016	2015
Resultado Operacional	11.490.732	5.032.309
Resultado Não Operacional	(2.557.882)	(576.980)
	8.932.850	4.455.329

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de **2016**:

Saldo das operações ativas	% em relação à carteira total
R\$ 7.634.822	5,66%
Saldo das operações passivas	% em relação à carteira total
R\$ 2.233.280	1,32%

Operações ativas e passivas – saldo em 2016:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	61.241	196	1
Conta Garantida	747.850	408	3
Crédito Rural	-	-	-
Empréstimo	1.389.352	275.641	1
Títulos Descontados	14.825	1.237	0

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	8,90%	8,90%
Conta Garantida	1,69% a 3,89%	1,69% a 3,89%
Desconto de Cheques	1,89% a 2,49%	1,89% a 2,49%
Empréstimos	1,69% a 4,30%	1,69% a 4,30%
Financiamento	1,59% a 2,55%	1,59% a 2,55%
Aplicação Financeira	85% do CDI até 100% do CDI	85% do CDI até 100% do CDI

20. Cooperativa Central

O **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO - SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

21. Gerenciamento de Risco

21.1 - Risco operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

21.2 – Risco de mercado e de liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3 – Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4 – Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

22. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 7.100.133, referentes a operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

23. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013.

24. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO**, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 147.774,78.

ANÁPOLIS-GO, 24 de janeiro de 2017

Dr. Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Presidente

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO